



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

**TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº
01/2015-SEGAD, nos moldes do Termo do
Padrão nº 19/2002.**

Processo nº 414.001.078/2015.

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.650/0001-69, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por **ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES**, portador da cédula de identidade RG n.º 1.125.615, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 028.169.317-06, na qualidade de Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e a empresa **TAIOBA SELF-SERVICE LTDA - EPP**, Empresa de Pequeno Porte, com sede na SAF/SUL, Quadra 04, conjunto C, Bloco D, Parte Restaurante – Brasília/DF, CEP nº 70.050-900, inscrita no CO por intermédio de sua Gerência de Filial – Logística em Brasília – GILOG/BR, CNPJ sob o nº 03.346.671/0001-05, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pela sócia, **MARIA AUGUSTA REIS DE MORAES**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 96.086, expedida pela SSP/DF, e inscrita no CPF/MF sob o nº 553.415.351-20, resolvem celebrar o presente Termo de Concessão de Uso, de forma onerosa, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Folha Nº	548
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Termo obedece aos termos do Termo de Referência e seus anexos (fls.294/343), do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 038/2015 – SULOG/SEGAD e seus anexos (fls. 270/356), da Proposta de fl. 423, em conformidade com a Decisão nº 131/2003 – TCDF e regulamentada pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 5.450/2005 e Lei nº 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1 - O Termo tem por objeto a Concessão de Uso do imóvel situado no SAI/NORTE Bloco "E", ao lado do Edifício Anexo do Palácio do Buriti em Brasília-DF, com área de 503 m², conforme especifica o Termo de Referência e seus anexos (fls.294/343), o Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 038/2015 – SULOG/SEGAD e seus anexos (fls. 270/356) e a Proposta de fl. 423, que passam a integrar o presente Termo.

3.2 – A Concessão de Uso supracitada abrange a utilização de equipamentos e utensílios já existentes e instalados no estabelecimento, como complemento para a exploração comercial, conforme item 12.5 do Termo de Referência (fl.315).

Cláusula Quarta – Da destinação

4.1 - O imóvel, objeto do presente Termo, segundo o Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 038/2015 – SULOG/SEGAD de fls. 270/356, **destina-se, exclusivamente, ao fornecimento de serviços de alimentação, por empresa especializada, relativos a restaurante e lanchonete**, tipo self-service, aos servidores e público em geral e sua utilização deve ser feita em estrita obediência às respectivas normas urbanísticas, obedecendo aos seguintes horários:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.1.1 - Os serviços de Lanchonete deverão ser prestados, no mínimo, de Segunda a Sexta-feira das 07h às 17h, podendo ser expandido, conforme total conveniência do CONCESSIONÁRIO.

4.1.2 - Os serviços de Restaurante no período do almoço, deverão ser prestados de Segunda a Sexta-feira das 11h30min às 14h30min, sendo que até às 13h o atendimento deverá ser **exclusivo** aos servidores, estagiários e prestadores de serviço do Governo do Distrito Federal com a apresentação da Identificação Funcional com foto e dentro da validade ou Boton em conformidade com o Decreto nº 25.323/2004, ou outro que venha a substituí-lo, podendo ser expandido aos demais usuários apenas após as 13h.

4.1.3 - As instalações estarão à disposição da empresa vencedora em período integral.

Cláusula Quinta – Dos Valores e Reajustes

5.1 – Dos Valores

5.1.1 - A CONCESSIONÁRIA pagará, mensalmente, a título de preço público, o valor mensal de **R\$8.390,04** (oito mil trezentos e noventa reais e quatro centavos), recolhido por meio de DAR-DF avulso, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, segundo as condições do Edital.

5.1.2 – A CONCESSIONÁRIA pagará, mensalmente, pelo uso dos equipamentos e utensílios existentes no estabelecimento, o valor mensal de **R\$8.390,04** (oito mil trezentos e noventa reais e quatro centavos), recolhido por meio de DAR-DF avulso, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, podendo receber descontos progressivos, de acordo com o estabelecido na pesquisa de satisfação do usuário, conforme as condições do Anexo III do Termo de Referência.

Folha Nº	549
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	of
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

5.1.3 – O Valor Global do Termo de Concessão é de **R\$503.402,40** (quinhentos e três mil quatrocentos e dois reais e quarenta centavos), correspondente ao período de 30 (trinta) meses de Taxa de Ocupação de 503 m² do imóvel e a utilização dos equipamentos e utensílios que o guarnecem.

5.2 – Dos Reajustes

5.2.1 – O valor praticado no preço por quilo poderá ser reajustado anualmente, a contar da data de início de vigência do Termo, ou da data do último reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, específico do segmento de bebidas e alimentos, nos termos do art. 4º do Decreto nº 36.246/2015.

5.2.2 – O valor da Taxa de Concessão de Espaço Público, a ser aplicada neste Termo, será reajustada anualmente, de acordo com o preço da utilização de áreas públicas com finalidade comercial ou de prestação de serviços, conforme estabelecido no Decreto nº 17.079/1995 e na Ordem de Serviço nº 08, de 23 de fevereiro de 2015, ou outros que vierem a substituí-los, devendo a garantia ser atualizada no caso de reajuste da Taxa de Concessão.

5.2.3 – O valor a ser pago pelo uso dos equipamentos e utensílios será vinculado ao valor da Taxa de Concessão de espaço público e reajustado conforme o item 5.2.2.

5.3 – Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

5.3.1 – O equilíbrio econômico-financeiro consiste na manutenção das condições inicialmente estabelecidas neste Termo, para a justa remuneração ou fornecimento ao usuário, não estando vinculado a qualquer índice.

5.3.2 – O reequilíbrio econômico-financeiro deste Termo se justificará nas seguintes ocorrências: Fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado; caso de força maior; caso fortuito ou fato do príncipe, extraordinária e extracontratual.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

5.3.3 – A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar uma proposta, a ser verificada pela CONCEDENTE, contendo valores percentuais que comporão a prestação do serviço ao usuário, com os seguintes itens:

- a) Insumos: estimativa das despesas com insumos no faturamento geral da CONCESSIONÁRIA;
- b) Pessoal: estimativa das despesas com pessoal no faturamento geral da CONCESSIONÁRIA;
- c) Despesas com imóvel: estimativa das despesas com imóvel, no faturamento geral da CONCESSIONÁRIA;
- d) Benefícios e Despesas indiretas: estimativa das despesas com Benefícios e Despesas indiretas no faturamento geral da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A Receita arrecadada com o presente Termo será recolhida pela CONCESSIONÁRIA por meio de DAR-DF avulso, sob o código – 4097 – Taxa de Ocupação de Imóvel, ou outro que venha a substituí-lo, disponível no sítio da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

6.2 – O objeto deste Termo não envolve créditos orçamentários à conta do Orçamento do Distrito Federal e não acarretará dever de desembolso de recursos pela CONCEDENTE, por serviço executado pela CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1 - A CONCESSIONÁRIA deverá custear as despesas advindas da execução do objeto deste Termo, com recursos próprios, não transferindo à CONCEDENTE qualquer ônus decorrente do exercício de suas atividades.

Folha Nº 550

Processo Nº 414.001.078/2015

Rubrica

Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

7.2 – A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento correspondente à Taxa de Ocupação e do valor relativo à Concessão de Uso dos equipamentos e utensílios, mensalmente ao tesouro do Distrito Federal até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, por meio de DAR-DF avulso, no código “4097 – Taxa de ocupação de imóvel”, disponível no sítio da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, conforme segue:

$VP = [(TXo - r) + (UEU \times DS)]$
Onde:
- VP = Valor total de pagamento, previsto no item 2.7 do Termo de Referência a ser realizado até o 20º dia do mês subsequente, item 16.1.76 (Termo de Referência).
- TXo = Taxa de ocupação, prevista em no item 2.7 (Termo de Referência)..
- r = despesas devidamente autorizadas, conforme previsto no item 12.6.2. (Termo de Referência).
- UEU = Valor a título de uso dos equipamentos e utensílios instalados no imóvel, item 2.8 (Termo de Referência).
- DS = Desconto de Satisfação do Usuário, conforme previsto no item 26 (Termo de Referência).

7.3 – A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo pagamento do gás, energia elétrica e água, utilizados no Restaurante/Lanchonete, enquanto vigorar este Termo.

7.4 - A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo pagamento do IPTU integral do imóvel utilizado pelo Restaurante/Lanchonete, enquanto vigorar este Termo.

7.4.1. A área do hall de acesso embora não esteja contabilizada no valor do IPTU, deverá ser quitado pela CONCESSIONÁRIA, sendo o valor proporcional abatido do valor pago a título de Taxa de Ocupação em uma única parcela.

7.5. – Além do pagamento pelo uso do espaço para exploração dos serviços, a CONCESSIONÁRIA deverá arcar com a totalidade da conta de telefone referente aos ramais disponibilizados para seu uso, se for o caso.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

7.6 - A CONCESSIONÁRIA procederá ao recolhimento da Taxa de Ocupação do Espaço Público e do valor corresponde à cessão de uso dos equipamentos disponibilizados nas dependências do Restaurante pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, que será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcelas mensais, devidamente atestadas pelo Executor do Termo, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

7.7 - A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar mensalmente ao Executor do Termo, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao vencimento, o comprovante de recolhimento da Taxa de Ocupação, bem como os comprovantes de pagamento referentes ao consumo de água, luz, gás e IPTU, a serem juntados aos autos do processo.

7.8 – O atraso no Recolhimento da Taxa de Ocupação Pública ensejará a incidência, cumulativamente, de juros e multa, conforme estabelecido no Decreto nº 17.079/1995, nos seguintes termos:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

II - multa de 10 % (dez por cento).

Cláusula Oitava - Do prazo de vigência

8.1 - A Concessão terá vigência de **30 (trinta) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual e sucessivo período, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93.

8.2 - Será concedido um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura deste Termo, para o início de suas atividades, sem a cobrança da Taxa de Ocupação de área pública deste período, para que a CONCESSIONÁRIA realize obras de reparos no refeitório e banheiros dos usuários, com seus custos a serem

Folha Nº	551
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

abatidos do valor das Taxas de Ocupação subsequentes, nos termos do item 12.6.1 do Edital de Licitação nº 038/2015- SULOG/SEGAD.

Cláusula Nona – Das garantias

9.1 - Por ocasião da celebração do Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá prestar garantia contratual correspondente a **4% (quatro por cento)** do valor total deste Termo de Concessão, correspondendo ao valor de **R\$ 20.136,10 (vinte mil cento e trinta e seis reais e dez centavos)**, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONCESSIONÁRIA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONCESSIONÁRIA:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- a) somente poderá ser levantada após a extinção deste Termo, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
- b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;
- c) ficará retida no caso de rescisão do Termo de Concessão, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar este Termo de Concessão, implicando em sua rescisão.

IV - O prazo para a prestação da garantia será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do Termo, sob pena de sanções previstas na legislação vigente e elencadas neste instrumento;

V – Em caso de renovação deste Termo, a garantia deverá ser atualizada, desde que haja atualização do valor do ajuste;

VI - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pela CONCESSIONÁRIA compreendendo o período anual de início e término do Termo.

VII – A garantia de execução do Termo, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade durante a execução da Concessão de Uso e 3 (três) meses após o término de sua vigência, devendo ser renovada a cada prorrogação,

Folha Nº	552
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

observados ainda os seguintes requisitos (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013):

a) a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Termo, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Termo; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Termo; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONCESSIONÁRIA; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONCESSIONÁRIA, quando couber; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONCEDENTE; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Termo por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento); (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do Termo por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

g) o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONCEDENTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONCESSIONÁRIA; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

h) a garantia será considerada extinta: (Incluído a pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONCESSIONÁRIA cumpriu todas as cláusulas do Termo; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

2. após o término da vigência do Termo, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro; (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

i) a CONCEDENTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015)

Folha Nº	553
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

j) a garantia prevista no inciso VII deste artigo somente será liberada ante a comprovação de que a empresa CONCESSIONÁRIA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, desta Instrução Normativa, observada a legislação que rege a matéria. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015).

Cláusula Décima – Das Responsabilidades da CONCEDENTE

10.1 - Indicar o Executor ou Comissão Executora do Termo, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Decreto n.º 32.598/2010.

10.3 - Fornecer e colocar à disposição da CONCESSIONÁRIA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

10.4 - Notificar, formal e tempestivamente, a CONCESSIONÁRIA sobre as irregularidades observadas no serviço;

10.5 - Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Termo.

10.6 - Constitui demais obrigação da CONCEDENTE o disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital:

10.6.1 – Disponibilizar os locais e os meios para execução dos serviços objeto do presente Termo de Concessão.

10.6.2 – Acompanhar e fiscalizar a execução do Termo por meio de servidores especialmente designados pela CONCEDENTE, podendo esta sustar, recusar,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas no Termo, Edital e seus Anexos.

10.6.3 - A existência da fiscalização da CONCEDENTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços a serem executados.

10.6.4 – A CONCEDENTE poderá modificar as rotinas de serviços constantes neste Termo de Concessão, bastando comunicar por escrito a CONCESSIONÁRIA, que terá o prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados do recebimento da notificação, para promover os acertos necessários.

10.6.5 – Comunicar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas a realização de algum evento que venha a exigir o espaço e/ou colaboração do Restaurante.

10.6.6 - Solicitar a substituição de empregados da firma que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.

10.6.7 - Observar para que, durante a vigência do Termo, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, bem como exigir que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6.8 – Proporcionar todas as facilidades para que a CONCESSIONÁRIA possa desempenhar seus serviços dentro das normas contratuais, assegurando o livre acesso dos empregados da CONCESSIONÁRIA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

10.6.9 – Efetuar, diariamente ou quando julgar necessário, inspeções nos locais reservados a realização dos serviços objeto do presente Termo, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, limpeza e asseio, bem como se

Folha Nº	554
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

os serviços estão sendo realizados dentro das condições e descrições pactuadas no Termo, Edital e seus Anexos.

10.6.10 – Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não cumpra as normas desta Secretaria na execução dos serviços, que não mereça confiança, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

10.6.11 – Relacionar-se com a CONCESSIONÁRIA exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

10.6.12 – Instruir a CONCESSIONÁRIA acerca das normas de segurança e prevenção de incêndio implantadas.

10.6.13 – Elaborar Termo de Compromisso, a ser assinado pela CONCESSIONÁRIA no ato da entrega do imóvel, relacionando os equipamentos e utensílios existentes e instalados no estabelecimento, obrigando sua devolução no final da vigência deste Termo, no mesmo estado em que foram entregues.

Cláusula Décima Primeira - Das obrigações da CONCESSIONÁRIA

11. 1 - A CONCESSIONÁRIA se obriga:

11.1.1 – apresentar, à CONCEDENTE, quando for o caso, comprovante de pagamento dos salários e recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, resultantes da atividade desenvolvida no imóvel, até o quinto dia útil do mês seguinte ao do vencimento;

11.1.2 – fazer e manter, às suas expensas, durante a ocupação do imóvel, seguro contra incêndio, de cuja apólice conste, como beneficiário, a CONCEDENTE;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.1.3 – cobrir toda e qualquer despesa relativa ao consumo de energia elétrica, água, telefone, gás e outras taxas que venham a incidir sobre a área ocupada, bem como promover a conservação e limpeza da área e de suas adjacências;

11.1.4 – cumprir as normas de posturas, saúde, segurança pública, trânsito, metrologia, edificações, meio ambiente e todas aquelas inerentes à atividade que será desenvolvida;

11.1.5 – realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, exceto os decorrentes de vício de construção, devendo, neste caso, desde logo notificar a CONCEDENTE;

11.1.6 – submeter à aprovação da CONCEDENTE os projetos relativos à reparação dos danos ocorridos, bem como os relativos às benfeitorias necessárias ao desenvolvimento da atividade a que se destina o imóvel;

11.1.7 – a restituir o imóvel, finda a Concessão, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

11.1.8 – consultar a CONCEDENTE antes de proceder a qualquer alteração do imóvel objeto da Concessão, ficando vedado conferir à área ocupada destinação diversa da prevista neste Termo;

11.1.9 - extinta a Concessão, toda e qualquer benfeitoria reverterá ao patrimônio do Distrito Federal, não assistindo à CONCESSIONÁRIA direito à indenização;

11.2 – São ainda Obrigações da CONCESSIONÁRIA, conforme Termo de Referência e Edital:

11.2.1 - Executar fielmente o Termo, em conformidade com as Cláusulas avençadas e normas estabelecidas e suas alterações, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do Edifício Anexo ao Palácio do Buriti e atender às especificações técnicas da Resolução - RDC 216 de 2004 da Agência

Folha Nº	555
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de outras não citadas que complementem os assuntos tratados por estas ou que venham a ser implementadas durante a vigência do Termo.

11.2.2 – Executar os serviços contratados, a partir da assinatura do Termo, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme estabelecido.

11.2.3 – Contratar profissional graduado na área de Nutrição e com registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN -1) para ser o responsável técnico do estabelecimento.

11.2.4 - O responsável técnico deverá permanecer diariamente no estabelecimento, no mínimo, até o fim do período de distribuição do almoço, incluindo-se o período destinado às atividades de limpeza e higienização pós-distribuição, para supervisionar todas as etapas de preparo e distribuição das refeições e lanches, assim como os procedimentos de higienização do ambiente.

11.2.5 - A elaboração do cardápio ficará a cargo exclusivamente do Nutricionista da CONCESSIONÁRIA.

11.2.6 - O nutricionista da CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer rotinas e roteiros das atividades realizadas pelos empregados, assim como elaborar fichas técnicas de preparação ao longo da execução do Termo.

11.2.7 - Não será admitida, em hipótese alguma, a contratação de estagiários como responsáveis técnicos.

11.2.8 - A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar substituto, também graduado em Nutrição e com registro no CRN-1, para cobrir eventuais ausências, como no caso de férias, licenças por motivos de saúde e licença maternidade, por exemplo.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.9 - A CONCESSIONÁRIA não poderá, em hipótese alguma, dar início à execução dos serviços contratados sem ter um responsável técnico contratado.

11.2.10 - Nas hipóteses de contratação de um novo responsável técnico por motivo de demissão ou licenças, a CONCESSIONÁRIA terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para providenciar a substituição, sob pena de recebimento de sanções cabíveis por parte da CONCEDENTE.

11.2.11 - Iniciar as atividades na data prevista quando da assinatura do Termo.

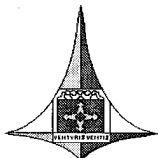
11.2.12 - Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com os horários fixados pela CONCEDENTE, para fins de execução dos serviços contratados.

11.2.13 - Manter os empregados, quando em horário de trabalho, ou ainda, nas dependências do Governo do Distrito Federal, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá, a ser fornecido pela CONCEDENTE.

11.2.14 - Apresentar relação nominal dos empregados envolvidos na prestação dos serviços e enviar ao fiscal/gestor da CONCEDENTE, cópia da carteira de trabalho dos funcionários com as folhas relativas à identificação e função para a qual foram contratados, além de uma lista informando a data dos últimos treinamentos realizados e os funcionários participantes, mantendo o Executor sempre atualizado sobre eventuais mudanças.

11.2.15 - Substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional devidamente uniformizado e que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de uma 01 (uma) hora após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços.

Folha Nº	556
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.16 - Substituir, imediatamente, qualquer empregado cuja conduta seja considerada, pela CONCEDENTE, inconveniente para o desempenho das atividades.

11.2.17 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONCEDENTE por meio do fiscal/gestor designado quanto aos serviços a serem prestados, inclusive quanto à composição do cardápio.

11.2.18 – Providenciar materiais, utensílios e produtos de boa qualidade e em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços a serem prestados sem interrupções, bem como arcar com os custos de aquisição e manutenção dos mesmos.

11.2.19 - A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar PREPOSTO no local da prestação dos serviços para representá-la na execução do Termo, permitindo sua adequação operacional, ensejando necessário interrelacionamento sem subordinação entre a CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE para:

11.2.19.1 - como representante da CONCESSIONÁRIA, atender prontamente todas as solicitações do gestor/fiscal relacionadas à melhor execução deste Termo;

11.2.19.2 - manter o funcionário uniformizado e identificado com crachá, o qual deverá conter foto recente, nome completo e da empresa prestadora, além da função desempenhada;

11.2.19.3 - prover seus funcionários com equipamento de proteção individual (EPI) adequado à execução do serviço a ser prestado, bem como fazer com que seus empregados os utilizem, sem exceções;

11.2.19.4 - como representante da CONCESSIONÁRIA, ser o canal de comunicação entre a CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA para se buscar e garantir a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

eficiência na prestação dos serviços a que se propõe, bem como para atender os fins do Termo.

11.2.20 – Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade da CONCEDENTE.

11.2.21 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora.

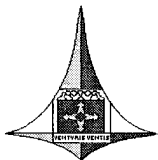
11.2.22 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

11.2.23 – Responsabilizar-se pelo pagamento das verbas rescisórias decorrentes das rescisões de contrato de trabalho da mão-de-obra aplicada durante a vigência dos serviços prestados na vigência deste Termo.

11.2.24 – O enunciado supra se aplica, também, quando da rescisão contratual dos serviços prestados na vigência do presente instrumento.

11.2.25 – Manter, durante toda a execução do Termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para a contratação junto à Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

Folha Nº	557
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

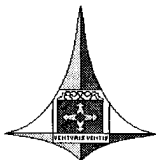
11.2.26 – Realizar, às suas expensas e na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde exigidos (admissão, periódico, mudança de função e demissão), assim como os exigidos pela Autoridade Sanitária para manipuladores de alimentos, renovando e apresentando os respectivos comprovantes anualmente e/ou sempre que solicitado pela CONCEDENTE.

11.2.27 – Responsabilizar-se pelo fornecimento de transporte e alimentação para seus empregados, visto que não terão vínculo empregatício com a CONCEDENTE.

11.2.28 – Relatar à CONCEDENTE toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços.

11.2.29 – Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, em atividade nas dependências do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades, bem como assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados, inclusive para atendimento em casos de emergência.

11.2.30 – Responder por danos, avarias e desaparecimentos de bens materiais, causados à CONCEDENTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, em atividades nas dependências do Governo do Distrito Federal, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro do prazo estipulado pela Administração em cada caso, a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONCEDENTE reserva-se ao direito de aplicar sanções que julgar pertinentes.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.31 – Providenciar para que todos os seus empregados, em atividade no âmbito do Governo do Distrito Federal, cumpram normas e regulamentos disciplinares desta Administração, bem como as determinações das autoridades competentes, mantendo disciplina e boa conduta nos locais de execução dos serviços, promovendo a substituição, imediatamente, após a notificação, de todo e qualquer empregado considerado de conduta inconveniente.

11.2.32 – Realizar e fazer cumprir todos os serviços descritos no Edital de Licitação nº 038/2015, no respectivo Termo de Referência, bem como no presente Termo, zelando por sua eficiência e perfeita execução, utilizando-se da melhor técnica aplicável.

11.2.33 - Manter, independentemente de qualquer fato superveniente, a quantidade de empregados alocados para execução dos serviços e promover periodicamente eventos que tenham por objetivo a economia dos materiais aplicados, a racionalização no uso dos equipamentos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos empregados.

11.2.34 – Manter atendimento ininterrupto dos serviços no horário indicado na Cláusula Quarta deste Termo.

11.2.35 – Utilizar os equipamentos e as instalações cedidas pela CONCEDENTE, no cumprimento do objeto pactuado, correndo às suas expensas a conservação, guarda, manutenção e reparo, inclusive manutenção preventiva e corretiva dos bens eletrodomésticos, equipamentos, mobiliários e câmaras frigoríficas.

11.2.36 – A manutenção de que trata o subitem anterior, deverá ser realizada por empresa especializada, mediante aprovação da CONCEDENTE.

11.2.37 – Declarar, expressamente, em Termo de Compromisso, o recebimento das instalações e dos equipamentos de propriedade da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, discriminados no Termo de Referência.

Folha Nº	558
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.38 – A CONCESSIONÁRIA realizará, semestralmente, serviços de manutenção preventiva e, sempre que necessário, manutenção corretiva.

11.2.39 - Repor, com qualificação idêntica ou semelhante, o bem patrimonial desaparecido ou com prejuízo insanável, reparar as instalações danificadas, decorrente do uso inadequado e/ou por falta de manutenção, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, no prazo estabelecido pela CONCEDENTE, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

11.2.39.1 - A CONCEDENTE poderá determinar à CONCESSIONÁRIA que realize a reposição dos bens e repare o que foi danificado, ou optar pela respectiva indenização, no prazo que for estabelecido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

11.2.40 – Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados quanto para os serviços propriamente ditos.

11.2.41 – Orientar seus empregados para que se comportem sempre de forma cordial com os demais e se apresentem dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços.

11.2.42 - Disponibilizar termômetros em número suficiente e adequadamente calibrados para a realização do controle de temperatura.

11.2.43 – Responsabilizar-se pelo treinamento e formação de todos os funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços e atendimento à legislação sanitária vigente, de acordo com o especificado no item 11 do Termo de Referência.

11.2.44 – Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até o estabelecimento objeto deste Termo, e vice-versa, por meios próprios, em caso de paralisação dos transportes coletivos.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.45 – Utilizar toalhas de papel (não reciclado) para a secagem das mãos dos seus empregados, não sendo permitido, em hipótese alguma, a utilização de tecido para esta finalidade.

11.2.45 - Não utilizar panos de tecido para limpeza de superfícies de móveis, bancadas e utensílios. Para esse fim, utilizar, exclusivamente, panos descartáveis picotados (tipo perfex).

11.2.46 – Utilizar apenas produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços prestados para se obter a ampla higienização do ambiente, equipamentos e utensílios de cozinha, bem como das mãos dos empregados que manipulam alimentos, mantendo sob rigoroso processo de higienização, as bandejas, pratos, copos, talheres e demais utensílios/materiais utilizados, visando à garantia da assepsia dos mesmos.

11.2.47 – Não caucionar o contrato a título de garantia junto a terceiros e/ou utilizar para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual.


11.2.48 - Comunicar à CONCEDENTE, por escrito e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações no Contrato Social da empresa, anexando os documentos comprobatórios das modificações ou da consolidação.

11.2.49 - Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas dependências do Governo do Distrito Federal.

11.2.50 – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo.

11.2.51 - Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços, inclusive com material, equipamentos e insumos necessários à sua execução.

11.2.52 - Fornecer uniformes completos, de acordo com o especificado no item 10 do Termo de Referência e em quantidade suficiente, assim como os EPI,

Folha Nº	559
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

considerando as particularidades de cada função e antes do início da execução dos serviços e garantir que os mesmos serão mantidos constantemente limpos e de acordo com as boas práticas de manipulação.

11.2.53 - Apresentar, no início de suas atividades e sempre que solicitado, a comprovação da realização dos exames exigidos pela Autoridade Sanitária dos funcionários designados para os serviços nas dependências da Lanchonete e Restaurante da CONCEDENTE, cuja validade será conferida pelo gestor/fiscal, sendo necessária a apresentação dos respectivos comprovantes sempre que houver a inclusão de novos funcionários.

11.2.54 - Fornecer todos os utensílios de cozinha, lanchonete e restaurante, tais como pratos, travessas, talheres, copos, xícaras, guardanapos, galheteiros (paliteiros, saleiros, azeite, vinagre, molhos para saladas etc.), toalhas de mesa, panelas e outros necessários ao perfeito funcionamento dos serviços, sem prejuízo dos materiais a serem disponibilizados pela CONCEDENTE, sendo vedado o uso de utensílios amassados ou quebrados, sem padronização e/ou confeccionados em madeira ou outros materiais porosos.

11.2.55 - A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação da CONCEDENTE amostras dos materiais a serem utilizados.

11.2.56 - Dispor de jogos de toalha de mesa a serem utilizados diariamente, cuja substituição proceder-se-á sempre que se fizer necessária, ao todo ou por unidade, sendo que neste último caso, a troca obedecerá ao mesmo padrão de cor, devendo ser utilizados jogos americanos de plástico sobre as toalhas.

11.2.56.1 - A troca das toalhas deve ser diária e a lavagem deve ocorrer às custas da CONCESSIONÁRIA e em instalações fora do Restaurante.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.56.2 - Os jogos americanos devem ser limpos diariamente e higienizados com álcool etílico a 70%.

11.2.57 - Manter no local dos serviços, no mínimo, o número de funcionários estipulado no item 8 do Termo de Referência para a perfeita execução dos serviços, bem como ao menos 02 (duas) balanças em funcionamento para pesagem exclusiva das refeições, visando garantir um atendimento rápido e eficiente, podendo a CONCESSIONÁRIA providenciar um efetivo maior se julgar necessário.

11.2.57.1 - As balanças deverão imprimir os valores a pagar em material próprio, a fim de evitar traços ilegíveis.

11.2.58 - Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONCEDENTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, inclusive quanto à composição do cardápio.


11.2.58.1 - A CONCESSIONÁRIA deverá permitir o acesso amplo e irrestrito do fiscal/gestor a qualquer parte do estabelecimento e a qualquer horário durante todo o período de execução dos serviços.

11.2.59 - Cumprir todas as orientações da CONCEDENTE para fiel desempenho das atividades especificadas.

11.2.60 - Cumprir as normas regulamentares sobre Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho e sobre manipulação de alimentos.

11.2.61 - Observar rigorosamente a legislação sanitária emanada do Distrito Federal.

11.2.62 - Em caso de interdição das instalações ou paralisação temporária do serviço por sua conta e/ou em decorrência de auto de infração, este Termo de Concessão poderá ser rescindido de pleno direito, adotando a CONCEDENTE, imediatamente, as demais providências cabíveis.

Folha Nº	560
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.63 - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos competentes no cumprimento de normas e cientificar a CONCEDENTE do resultado das inspeções.

11.2.64 - Atender prioritariamente aos funcionários da CONCEDENTE, dispensando aos mesmos, tratamento eficiente e cortês.

11.2.65 - Providenciar junto às autoridades competentes a obtenção de licença, autorização de funcionamento e alvará para o exercício de suas atividades comerciais e arcar com todas as despesas.

11.2.66 - Combater a presença de insetos e pragas urbanas de acordo com o estabelecido no item 6 do Termo de Referência.

11.2.67 - Realizar rigorosamente os procedimentos de higiene, retirada de lixo, descarte de alimentos e controle de qualidade especificados no item 5 e respectivos subitens do Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por parte da Administração.

11.2.68 - Utilizar apenas produtos de limpeza que estejam de acordo com o especificado no subitem 5.11 do Termo de Referência.

11.2.69 - Utilizar somente utensílios e equipamentos em aço inox e de fácil higienização, inclusive para repor os alimentos nos seus respectivos gastronormes, tanto na cozinha quanto na área de reposição, assegurando que estejam em número suficiente para a realização dessas atividades.

11.2.70 - Restituir os móveis e equipamentos, até o final do último dia de prazo de vigência do Termo, nas mesmas condições e quantidades em que foram entregues para uso, fazendo a reposição dos objetos perdidos ou danificados por outros da mesma marca e qualidade, deixando as instalações do restaurante e da lanchonete em perfeitas condições de funcionamento, de forma a não interromper o fornecimento das refeições e lanches.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.71 - Realizar, até o último dia do prazo de vigência do presente Termo, uma revisão geral dos panelões, fornos, câmaras frigoríficas e demais equipamentos que foram cedidos para uso, procedendo a uma limpeza geral nas caixas de gorduras e nas tubulações de esgoto localizadas nas áreas dos serviços.

11.2.72 - Manter quantidades suficientes de gêneros alimentícios para o atendimento das condições do Termo, de forma que, durante todo o horário de funcionamento da Lanchonete e Restaurante, não falte nenhum dos itens do cardápio e/ou da tabela de produtos.

11.2.73 - Zelar pela boa qualidade dos produtos adquiridos e comercializados, utilizando somente produtos de primeira qualidade no preparo dos alimentos.

11.2.74 - Coletar, diariamente, amostras de todas as preparações servidas de acordo com o especificado no subitem 5.27.1 do Termo de Referência.

11.2.75 - Afixar, em local visível, a tabela contendo os preços das refeições e dos demais produtos oferecidos, devidamente aprovados pela CONCEDENTE, sendo vedada a inclusão de taxas nos preços da tabela ou sua cobrança à parte.

11.2.76 - Informar ao Executor do Termo, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual; bem como qualquer alteração da rotina dos serviços.

11.2.77 - Participar de projetos com outras secretarias do Governo do Distrito Federal que visem à promoção da saúde do trabalhador, bastando apenas a aprovação/autorização e comunicação prévia do fiscal/gestor do Termo.

11.2.78 - Arcar com a despesa de uso do gás necessário aos equipamentos da lanchonete e restaurante, ficando o abastecimento e controle do estoque necessário sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Folha Nº	561
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.79 - Não veicular publicidade acerca do Termo, salvo se houver prévia autorização da CONCEDENTE.

11.2.80 - Disponibilizar no mínimo 01 (um) profissional para efetuar entregas de qualquer item da lanchonete nas dependências do Edifício Anexo do Buriti, quando solicitado, por telefone, pelo cliente, sem acréscimo no preço.

11.2.81 - Aceitar que, por conveniência administrativa, a CONCEDENTE poderá alterar, a qualquer época, a localização das instalações, aumentar ou diminuir a área ocupada, desde que seja feita prévia comunicação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.2.82 - Somente realizar benfeitorias mediante autorização da CONCEDENTE, conforme previsto no item 12.6.1 do Termo de Referência e seus subitens, ficando sempre que realizadas, incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de retenção.

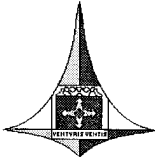
11.2.83 - Prover-se de suficiente retaguarda de troco para atender prontamente aos consumidores.

11.2.84 - As refeições e lanches deverão ser pagos exclusivamente nos caixas, não podendo os manipuladores de alimento também manipular dinheiro.

11.2.85 - A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar aos clientes a possibilidade de pagamento com cartão de crédito e débito, sem acréscimo no valor cobrado, por meio de, pelo menos, duas bandeiras de cartão.

11.2.86 - A CONCESSIONÁRIA deverá receber *tickets* refeição adotados pelas empresas contratadas prestadoras de serviço à CONCEDENTE.

11.2.87 - Ressarcir à CONCEDENTE, mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia, do mês subsequente, o valor da locação do espaço utilizado que foi pactuado.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.88 - A exclusivo critério da CONCEDENTE, o Executor poderá solicitar a CONCESSIONÁRIA o fornecimento de refeições e lanches para convidados e autoridades, até o limite previsto no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, devendo o total ser abatido dos valores mensais a serem ressarcidos. Esta solicitação deverá ser formalizada e incorporada ao relatório de execução do contrato.

11.2.89 - Cumprir fielmente o presente Termo, de forma que a execução dos serviços atinja um ótimo padrão de qualidade.

11.2.90 - Responsabilizar-se pelos danos causados aos consumidores dos alimentos quando comprovada a inobservância das condições previstas no Termo.

11.2.91 - Fornecer, às suas expensas, obrigatoriamente e com periodicidade semestral, laudo microbiológico ambiental, da produção, de utensílios e de manipuladores.


11.2.91.1 - O *swab* de manipuladores deve ser realizado com, no mínimo, 2 (dois) manipuladores de setores diferentes, escolhidos aleatoriamente.

11.2.91.2 - Os manipuladores que foram escolhidos para realizar o procedimento descrito no subitem anterior não poderão participar no procedimento seguinte, devendo ser realizado rodízio entre os funcionários.

11.2.91.3 - O *swab* dos utensílios também deverá ser feito por meio de rodízio, sendo escolhido, aleatoriamente, ao menos 1 (um) utensílio de cada setor da produção (área de cocção, pré-preparo, preparo, açougue, salada, higienização e lanchonete).

11.2.91.4 - As análises microbiológicas não precisam ser necessariamente feitas de uma só vez, podendo a CONCESSIONÁRIA parcelá-las conforme conveniência, desde que não seja excedido o prazo máximo de 6 (seis) meses entre cada análise de cada categoria exigida (ambiente, produção, utensílios e manipuladores).

Folha Nº	562
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

11.2.92 - Realizar análise microbiológica dos alimentos, às suas custas, sempre que a CONCEDENTE exigir e/ou sempre que houver suspeita de contaminação.

11.2.93 - Retirar de uso os pratos, travessas, copos, bandejas, toalhas de mesa e demais itens que estiverem lascados, trincados e/ou manchados.

11.2.94 - Higienizar com álcool etílico a 70% os pratos, talheres, bandejas e demais utensílios, assim como as bancadas e mesas, após a lavagem e/ou limpeza.

11.2.95 - Fornecer notas fiscais ou documentos equivalentes a todos os consumidores dos seus produtos, quando solicitado.

11.2.96 - Cuidar para que seus fornecedores realizem as entregas necessárias até o horário estipulado pela CONCEDENTE para descarga dentro das dependências do Anexo e, quando passar do horário combinado, sejam feitas na parte externa sem, contudo, interferir no funcionamento do Órgão e/ou comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos produtos.

11.2.98 – É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, no bojo deste Termo de Concessão, salvo se houver prévia autorização da CONCEDENTE;

11.2.97 – Excetuados os casos de sucessão legal ou testamentária e as hipóteses de cisão, incorporação ou fusão, com mudança de razão social, fica vedada a transferência da presente Concessão.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

12.2 – A alteração de valor deste instrumento, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Termo, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Termo sujeitará a CONCESSIONÁRIA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada à CONCEDENTE, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 - Das Espécies

13.1.1 – Caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, e suas alterações:

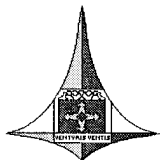
I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a CONCESSIONÁRIA, através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não

Folha Nº	563
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

superior a 5 (cinco) anos, e a CONCESSIONÁRIA será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Termo e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para a CONCESSIONÁRIA nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2 - Da Advertência

13.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a CONCESSIONÁRIA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas da CONCEDENTE se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do Termo, entendida desde a recusa em apresentar o comprovante de pagamento da Taxa de Ocupação ou assinar o Termo.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.3 - Da Multa

13.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONCESSIONÁRIA, pelo ordenador de despesas do órgão CONCEDENTE, por atraso injustificado na entrega ou execução do Termo, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONCEDENTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo de Concessão, por descumprimento do prazo de funcionamento, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total no cumprimento do objeto, recusa na rescisão do Termo, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- até 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Termo, exceto prazo de entrega.

13.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo

Folha Nº	564
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	
Matrícula	267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Termo;

II - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 – Caso a multa aplicada seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONCESSIONÁRIA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou equivalente, que poderá ser cobrado judicialmente.

13.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do pagamento da Taxa de Ocupação ou do dia em que deveria ser cumprida a obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o Termo de Concessão de Uso deverá ser cancelado e/ou rescindido, exceto se houver justificado interesse da CONCEDENTE em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão do Termo que não ensejam penalidades.

13.4 - Da Suspensão

13.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da CONCESSIONÁRIA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, a licitante e/ou CONCESSIONÁRIA permanecer inadimplente com suas obrigações;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Termo, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar em sua execução; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

Folha Nº	565
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão CONCEDENTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do Termo, entendida desde a recusa em assinar o Termo.

13.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5 - Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

órgãos/entidades subordinados ou vinculados ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 - Das Demais Penalidades

13.6.1 – Caso a CONCESSIONÁRIA apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios pratique atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA, estará sujeita às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.4.3 e 13.4.4.

13.6.2 - As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas à CONCESSIONÁRIA que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Do Direito de Defesa

Folha Nº	566
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

13.7.1 - É facultado à CONCESSIONÁRIA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

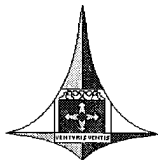
I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-Compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 - Do Assentamento em Registros

13.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contidas neste Termo.

13.10 – Disposições Complementares

13.10.1 - As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão CONCEDENTE.

13.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Cláusula Décima Quarta - Da Dissolução

Folha Nº	567
Processo Nº	414.001.078/2015
Rubrica	Matrícula 267.668-0



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

A Concessão poderá ser dissolvida de comum acordo, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Termo, bem como nas hipóteses previstas no Edital, este Termo de Concessão de Uso poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, observando o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, reduzido a termo no respectivo processo, sujeitando-se a CONCESSIONÁRIA às consequências determinadas pelo art. 80 do mesmo Diploma Legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONCESSIONÁRIA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Termo.

Cláusula Décima Sétima - Do Executor

A CONCEDENTE, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor OU uma Comissão Executora para esta Concessão de Uso, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Proibição de Utilização de Mão de Obra Infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBUROCRATIZAÇÃO**

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

mão de obra infantil no presente Termo de Concessão, sob pena de rescisão imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Nona – Da Publicação e do Registro

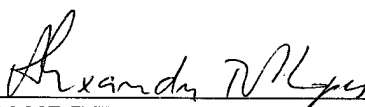
A eficácia do presente Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, o que deverá ocorrer no prazo de vinte dias após aquela data. Findo esse prazo deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

Cláusula Vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo de Concessão.

Brasília, 11 de setembro de 2015.

Pela CONCEDENTE:


ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES
Secretário de Estado de Gestão Administrativa
e Desburocratização

Pela CONCESSIONÁRIA :


MARIA AUGUSTA REIS DE MORAES
Sócia-Administradora

$$\begin{aligned} \mathbf{A} &= \mathbf{A}^T = \begin{pmatrix} 1 & 0 & 0 \\ 0 & 1 & 0 \\ 0 & 0 & 0 \end{pmatrix}, \quad \mathbf{B} = \mathbf{B}^T = \begin{pmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 1 \end{pmatrix}, \\ \mathbf{C} &= \mathbf{C}^T = \begin{pmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 1 \end{pmatrix}, \quad \mathbf{D} = \mathbf{D}^T = \begin{pmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 \end{pmatrix}. \end{aligned}$$